反思法律

PENSAR DIREITO

10

第七年度 . ANO 7 . 2019

Título:

Pensar Direito 10

CRED-DM:

Centro de Reflexão, Estudo e Difusão do Direito de Macau

Fundação Rui Cunha

Conselho de Administração:

Rui Cunha (Presidente);

Rui Pedro Cunha, João Tubal Gonçalves (vice-presidentes);

Isabel Cunha, Connie Kong (vogais)

Director Executivo:

Filipa Guadalupe (filipa@ruicunha.org)

Colaboraram nesta Edição:

. Antero Pires Salvador - Juiz Desembargador

. Carlos Carvalho - Juiz Conselheiro

. Ana Paula Lobo - Juíza Conselheira

. Irene Neves - Juíza Desembargadora

. Fernanda Esteves - Juíza Desembargadora

. Elizabeth Moreira Fernandez - Professora

. João Torrão - Juiz Conselheiro (Jubilado)

. Beatriz Cruz - Assessora da Autoridade Monetária e Cambial de Macau

Tradução :

Lei Ka U, Sonia

Capa:

Frc Global Communication Ltd

Ilustração, Paginação e Tratamento de Imagem:

Frc Global Communication Ltd, Carlos Canhita e Célia Brás

Telefone:

(853) 28923288

Email:

creddm@ruicunha.org

Correio:

CRED-DM – Publicações, Fundação Rui Cunha,

Avenida da Praia Grande, nº 749 – R/C, RAEM, RPC

Sede, Administração, Publicidade e Propriedade:

Avenida da Praia Grande, nº 749 – R/C, RAEM, RPC

Propriedade / Editora:

Fundação Rui Cunha

Data:

Abril de 2019

Tiragem:

200

ISSN: 2307-9339

CREDDM

Centro de Reflexão, Estudo
e Difusão do Direito de Macau
澳門法律反思研究及傳播中心

官樂怡基金會
FUNDAÇÃO RUI CUNHA
Por Macau, Mais e Melhor. 為澳門，無私奉獻，精益求精

PESSOA COLECTIVA DE UTILIDADE PÚBLICA ADMINISTRATIVA 行政公益法人
REGISTO OFICIAL NOTÁ, 1/GRFM/DE/2/2/2014 二零一四年五月二十一日澳門特別行政區公報第二組第 八期

C & C CLUB

5.º ANDAR

27.03.18 ‘ 18:30

日落時的反思 官樂怡基金會

REFLEXÕES AO CAIR DA TARDE

ALGUMAS NOTAS SOBRE

O CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO E TRIBUTÁRIO

DE PORTUGAL E DA RAEM

Participantes

Juiz Conselheiro **CARLOS CARVALHO** . *Juíza Conselheira* **ANA PAULA LOBO**

Juíza Desembargadora **IRENE NEVES** . *Juíza Desembargadora* **FERNANDA ESTEVES**

Prof.ª **ELIZABETH MOREIRA FERNANDEZ** . *Juiz Conselheiro (Jubilado)* **JOÃO TORRÃO**

Dra. **BEATRIZ CRUZ** *Assessora da Autoridade Monetária e Cambial de Macau*

Moderador

ANTERO PIRES SALVADOR

Juiz Desembargador

Evento Realizado em língua portuguesa

官樂怡基金會 FUNDAÇÃO RUI CUNHA

CREDDM Centro de Reflexão, Estudo e Difusão do Direito de Macau

C&C CLUB

Associação dos Magistrados da Jurisdição Administrativa e Fiscal de Portugal

www.ruicunha.org

AV. DA PRAIA GRANDE, N.749, MACAU

官樂怡基金會 澳門南灣大馬路749號地下

PESSOA COLECTIVA DE UTILIDADE PÚBLICA ADMINISTRATIVA

design by FRC GLOBAL COMMUNICATION LTD.

ÍNDICE

NOTA DE ABERTURA 5

A ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS DA JURISDIÇÃO ADMINISTRATIVA E FISCAL DE PORTUGAL 7

Antero Pires Salvador 11

ALGUNS ASPECTOS DO CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO E TRIBUTÁRIO DE PORTUGAL E DA RAEM 13

Carlos Luís Medeiros de Carvalho 17

CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO PORTUGUÊS: SUA ORGANIZAÇÃO, MEIOS PROCESSUAIS E PODERES DO JUIZ ADMINISTRATIVO 19

Ana Paula Fonseca Lobo 29

ALGUMAS NOTAS SOBRE O CONTENCIOSO TRIBUTÁRIO PORTUGUÊS 31

Irene Isabel Gomes das Neves 37

CONTENCIOSO TRIBUTÁRIO PORTUGUÊS: SUA ORGANIZAÇÃO E MEIOS PROCESSUAIS 39

Fernanda de Fátima Esteves 51

A REFORMA EM CURSO DA JURISDIÇÃO FISCAL - ALGUMAS NOTAS 53

Elisabethe Moreira Fernandez 61

ALGUNS ASPETOS DO CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO E TRIBUTÁRIO DE PORTUGAL E DA RAEM 63

João António Valente Torrão 71

ALGUMAS NOTAS SOBRE O CONTENCIOSO FISCAL DE MACAU 75

Beatriz Alexandra Gomes da Cruz 99

ALGUMAS NOTAS SOBRE A JUSTIÇA ADMINISTRATIVA DE MACAU 101

NOTA DE ABERTURA

Realizou-se no passado dia 27 de Março de 2018, na sede da Fundação Rui Cunha, em Macau, um Seminário sobre Direito Administrativo e Fiscal, subordinado ao tema: Algumas notas sobre o contencioso administrativo e tributário de Portugal e da RAEM.

Esta sessão, co-organizada pelo CRED-DM – Centro de Reflexão, Estudo e Difusão do Direito de Macau, da Fundação Rui Cunha e pela AMJAFP – Associação dos Magistrados da Jurisdição Administrativa e Fiscal de Portugal, foi parte integrante do programa oficial de visita que a Associação e parte dos seus membros, fizeram a Macau, durante o mês de Março de 2018.

Foi, pois, com muito gosto que a Fundação Rui Cunha se associou a tamanha iniciativa, tendo sido uma honra ser anfitriã de tão ilustre plateia e, respectivo público.

Sob a chancela Algumas notas sobre o Contencioso Administrativo e Tributário de Portugal e da RAEM, todos os presentes tiveram oportunidade de ver debatidos variadíssimos pontos de vista, em torno do contencioso administrativo e tributário vigente nas duas jurisdições, dando conta das semelhanças e diferenças de ambos os regimes.

Moderado pelo Senhor Juiz Desembargador Antero Pires Salvador, a sessão contou com participantes de Macau e de Portugal, os quais passamos a elencar:

-Sr. Juiz Conselheiro, Drº João António Valente Torrão (actualmente residente em Macau), que abordou os "Temas de direito tributário na RAEM";

-Sr.ª Juíza de Direito do TAF de Coimbra (em licença especial na RAEM), Drª Beatriz Alexandra Gomes da Cruz, "Temas de Direito Administrativo na RAEM";

- Sr.º Juiz Conselheiro, Drº Carlos Luís Medeiros de Carvalho, com o tema " Contencioso Administrativo Português – sua organização, meios processuais e poderes do juiz administrativo";

- Srª Professora Doutora Elisabeth Moreira Fernandez – "Contencioso Cautelar Administrativo Português: breves notas e questões";

- Srª Juiz Conselheira, Drª Ana Paula Fonseca Lobo – "Algumas Notas sobre o Contencioso Tributário Português";

- Srª Juíza Desembargadora, Drª Irene Isabel Gomes das Neves, Presidente dos TAF,s da Zona Norte – "Contencioso Tributário Português: Sua Organização e Meios Processuais";

- Srª Juíza Desembargadora do TCAN, Drª Fernanda de Fátima Esteves, Vogal do CSTAF - "A reforma em curso na Jurisdição Fiscal".

Findas as apresentações, foi dada a palavra a todo o público presente para questões e reflexões.

Atendendo à riqueza, pertinência e actualidade dos temas falados, assim como à circunstância especial de termos, pela primeira vez em Macau, a visita da AMJAFP, a Fundação Rui Cunha, entendeu ser fundamental preservar para memória futura este seminário, dando-o, agora, à estampa, numa versão bilingue (Chinês- Português).

Em nome do CRED-DM e da Fundação Rui Cunha, resta-me, uma vez mais, agradecer à AMJAFP, a possibilidade que nos deu para a realização do presente seminário, assim como a participação de todos os ilustres magistrados, palestrantes e público em geral, cuja presença em tudo nos honrou e prestigiou, fazendo votos para que nos visitem muitas mais vezes.

Bem Hajam!

Aos nossos leitores, deixo votos de um excelente Ano de 2019, e um próspero e auspicioso ano novo chinês (Ano do Porco)!

Kung Hei Fat Choi!

Filipa Guadalupe

Directora CRED-DM

creddm@ruicunha.org

www.creddm.org

A ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS DA JURISDIÇÃO ADMINISTRATIVA E FISCAL DE PORTUGAL

A Associação dos Magistrados da Jurisdição Administrativa e Fiscal de Portugal foi criada em 28 de abril de 2007, com a outorga da escritura pública da sua constituição, tendo sua sede provisória na Rua de São Pedro de Alcântara, n.º 75-79, em Lisboa.

Trata-se duma Associação sem fins lucrativos, autónoma, independente e de cariz científico, voltada, em termos do seu objeto, para o aprofundamento e a divulgação do direito público, designadamente do direito administrativo e fiscal e das questões de direitos humanos e de cidadania.

No quadro desses fins estatutários foi realizando vários eventos, como colóquios, seminários e ações de formação, nomeadamente, os seguintes:

- «A justiça fiscal hoje: Velhos problemas, novos desafios», no dia 30 de abril de 2010, no auditório Cardeal Medeiros, da Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa, em Lisboa.

- «O direito administrativo privado ou a crise do direito administrativo», nos dias 19 e 20 de novembro de 2010, no auditório 1 da Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa, no Porto.

- «O direito fiscal em contexto de globalização - A jurisdição Tributária e os desafios do direito internacional e europeu», no dia 03 de junho de 2011, no auditório 1 da Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa, em Lisboa.

- «O direito administrativo português sob a influência do direito europeu e dos direitos fundamentais», no dia 18 de novembro de 2011, no auditório da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra.

- «A jurisdição administrativa e fiscal - sua autonomia e funcionamento», no dia 01 de junho de 2012, no auditório 1 da Faculdade de Direito da Universidade Católica de Lisboa.

- «Colóquio direito administrativo: sobre a revisão do etaf e cpta», no dia 10 de abril de 2014, no auditório da Faculdade de Direito da Universidade do Porto.

- Conferência “Direito Contabilístico - Uma Breve Introdução”, no dia 17 de junho de 2015, nas instalações do CEJ no Porto.

- Ações de formação (workshops) subordinadas ao tema “Alguns problemas e questões relativos à tramitação processual, sua instrução e julgamento de facto”, que decorreram em 02 de outubro de 2015, no TAC de Lisboa, e em 14 de outubro de 2015, no TAF do Porto.

- «Colóquio direito tributário: execução fiscal e taxas e contribuições», no dia 13 de novembro de 2015, no auditório da Faculdade de Direito da Universidade do Porto.

- «Colóquio de direito administrativo: Revisão do Código dos Contratos Públicos», no dia 21 de março de 2018, no Auditório do Tribunal de Contas, em Lisboa.

- Colóquio sobre o tema «debater a estrutura e o conteúdo das decisões judiciais», no dia 20 de abril de 2018, no Auditório do Tribunal de Contas, em Lisboa.

ALGUMAS NOTAS SOBRE

O CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO E TRIBUTÁRIO

DE PORTUGAL E DA RAEM

官樂怡基金會
FUNDAÇÃO RUI CUNHA
Por Macau, Mais e Melhor. 為澳門，無私奉獻，精益求精
PESSOA COLECTIVA DE UTILIDADE PÚBLICA ADMINISTRATIVA